

898 Rp

MENSAGEM A NAÇÃO

DE SUA EXCELÊNCIA
O ALMIRANTE
AMÉRICO DEUS
RODRIGUES THOMAZ

NA SESSÃO CONJUNTA DA ASSEMBLEIA NACIONAL
E DA CÂMARA CORPORATIVA APÓS TER PRESTADO
JURAMENTO COMO CHEFE DE ESTADO

.I. 14

898-Rp



MENSAGEM A NAÇÃO

DE SUA EXCELÊNCIA
O ALMIRANTE
AMÉRICO DEUS
RODRIGUES THOMAZ

NA SESSÃO CONJUNTA DA ASSEMBLEIA NACIONAL
E DA CÂMARA CORPORATIVA APÓS TER PRESTADO
JURAMENTO COMO CHEFE DE ESTADO

EM 9 DE AGOSTO DE 1972



S.N.I.
74

MILITARES
A

DE
DE
DE

NA
E
DE

Senhores Presidentes da Assembleia Nacional
e da Câmara Corporativa,
Senhores Deputados e Dignos Procuradores:

PERANTE Vossas Excelências e de acordo com o preceituado no artigo 75.º da nossa Constituição Política, assumi há pouco e pela terceira vez consecutiva, as altas funções de Presidente da República.

No momento solene da posse e usando a fórmula de compromisso que o mesmo artigo prescreve, jurei, mais uma vez, manter e cumprir leal e fielmente a Constituição da República. As palavras do texto constitucional são intuitivas e aparentemente simples, mas, bem meditadas, representam um rosário, quase sem fim, de responsabilidades. E embora o sejam, também, para todos os portugueses, elas atingem, quanto ao Chefe do Estado e lógicamente, o máximo da sua intensidade, constituindo para ele preocupação permanente em todos os seus pensamentos, procedimentos e decisões.

O reconhecimento perfeito das responsabilidades e do seu constante incremento, derivado da já longa permanência na chefia do Estado, fez-me hesitar muito, muito mais ainda do que em 1965, no propósito de me candidatar a novo mandato

presidencial, que se me afigurava pouco justificável, mas para que estava sendo insistentemente impellido por apelos de que a minha consciência nem sempre conseguia desprender-se com a indispensável tranquilidade. Não resultaram essas hesitações do aparecimento de quaisquer quebras de ânimo ou de súbito temor às responsabilidades, pois tais hesitações seriam irremovíveis. As suas causas derivavam do natural receio, bem compreensível, de ao cabo de tantos anos de exaustivos esforços e de idade, não conseguir desempenhar, por mais alguns ainda e com a eficiência plena que elas exigem, tão altas e difíceis funções. É certo existir em qualquer idade o risco de a pessoa desaparecer da vida ou de se incapacitar nela, mas não deve esquecer-se que tal risco vai logicamente crescendo ao longo dos anos que se vão vivendo.

Porém e através de insistente argumentação, de que não consegui libertar-me convictamente, fizeram-me crer que o meu dever, no momento actual, era continuar. Por isso anuí em me candidatar e como fui eleito, continuo; e continuo porque a um português que sinta entranhadamente Portugal, não se afigura legítimo eximir-se ao cumprimento do seu dever, enquanto o puder e souber cumprir.

A minha candidatura foi recebida com geral simpatia e com manifesto entusiasmo em todo o Mundo Português. De uma e

de outro deram pleno eco os órgãos de informação e o excepcional volume de correspondência recebida, tudo parecendo mostrar ser a renovação dos meus anteriores mandatos a solução mais desejada. E confirmando esse parecer, o Colégio Eleitoral elegeu-me, por expressivo e consolador número de votos, para mais um septénio na chefia do Estado, o que exprime, sem dúvida, a continuação da confiança que a Nação em mim tem depositado.

Desvanecidamente agradeço essa confiança, tão largamente manifestada, e procurarei continuar a merecê-la, servindo o País, como o tenho procurado fazer sempre, com toda a dedicação e entusiasmo que lhe são devidos. É, aliás, uma obrigação e pelo seu cumprimento não há lugar, evidentemente, a qualquer gratidão. Mas é oportuno repetir o que afirmei na mensagem há sete anos dirigida à Nação, deste mesmo lugar. Em servir a Pátria não há sacrifícios que contem: mas só servindo-a exemplarmente se justificará continuar na chefia da Nação.

Não penso que venham a ser fáceis os anos que se avizinhem, pois se tal pensasse seria agora e apenas mais um simples espectador desta solene cerimónia. E não penso, nem é de pensar, porque a humanidade se está mostrando cada vez mais profundamente perturbada e porque a experiência trazida dos dois anteriores mandatos e o clima de incrível animosidade, que tão

injustamente nos criaram e tão encarniçadamente está sendo mantido, não permitem optimismos inconvenientes.

Infelizmente não voltarão, com a brevidade precisa, os tempos calmos que há anos atrás se viveram, embora a parte boa e sã da humanidade os deseje, como nós, com toda a compreensível ansiedade. Os estragos que as forças do mal têm causado, são já muito profundos, pouco se tendo feito de positivo, até agora, para pôr termo ao desrespeito, à indisciplina, à degradação e ao banditismo que têm grassado, com estranha impunidade, em quase todo o Mundo e têm conseguido abalar, e de que maneira, os milenários alicerces em que se firmara, até há não muitos anos e com uma segurança que parecia indestrutível, a civilização ocidental e cristã.

É neste quadro bem pouco animador e até preocupante, mas sem dúvida realista, que inicio o meu terceiro mandato na Presidência da República. Mas não enceto a marcha de forma alguma vencido e antes animado de pertinaz empenho de vencer, pois sem este negaria o meu passado e renegaria o portuguesismo que, arreigadamente e para sempre, se fixou no meu coração e na minha alma. Usarei, na minha acção, como armas inquebráveis, a calma, a paciência e a persistência, que sempre me têm acompanhado. Continuarei fiel ao meu pendor para a bondade, sem hesitar no uso da firmeza, quando ela se torne necessária.

E não olvidarei que a bondade não significa abdicação, nem a firmeza implica, necessariamente, violência.

Conhece-me o País suficientemente, pois o tenho percorrido, praticamente, de lés-a-lés, com excepção dos pedaços de Portugal situados na Ásia e na Oceânia. Não preciso, pois, de dizer-lhe quem sou, nem como sou. Mas apesar de assim ser, não me julgo dispensado de reafirmar, nesta mensagem, o que a Nação tem direito a esperar de mim, para que eu possa corresponder à confiança que, com tanta largueza, me reiterou. Além de tudo o mais que abnegadamente lhe tenho dado, tem a Nação todo o direito a exigir de mim o integral cumprimento da obrigação contraída no juramento que prestei no início desta solene sessão e com o qual fiquei empossado, pela terceira e última vez e sem soluções de continuidade, nas funções de Presidente da República. Segundo a fórmula de compromisso lida, jurei manter e cumprir leal e fielmente a Constituição da República, observar as leis, promover o bem geral da Nação, sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria Portuguesa. A manutenção e o cumprimento leal e fiel da Constituição que estiver em vigor e a observação das leis, não é tarefa exaustiva no regime em que felizmente vivemos. Outro tanto não posso afirmar quanto ao restante do juramento, pois a promoção do bem geral da Nação, quando temos, efectivamente, de sustentar e defender a integri-

dade e a independência da Pátria, sendo tarefa excepcionalmente aliciante e verdadeiro desafio à nossa capacidade realizadora, é já missão erizada de dificuldades na sua conjugação, porque à defesa da integridade e da independência da Pátria não pode deixar de conceder-se preferência sobre qualquer outra causa, mesmo a da promoção do bem geral da Nação, pelo menos ao ritmo a que poderia e deveria ser realizada em circunstâncias normais.

Desde que em Março de 1961, sem qualquer notória repulsa dos povos civilizados e até com a sua estranha e quase total indiferença, ocorreu imprevistamente canibalesco massacre no Norte da província de Angola, em que foram horrorosamente martirizados, mortos e trucidados mais de um milhar de brancos e de pretos, praticamente indefesos, não mais deixaram os perturbadores da paz alheia — com fins ocultos, diferentes dos alegados e que o tempo foi clarificando, pouco a pouco — de alimentar o terrorismo nas zonas fronteiriças de Angola e, seguidamente, da Guiné e de Moçambique, províncias infelizmente não apenas limitadas pelo mar, mas confinantes com alguns países de formação muito recente, sem noção dos seus deveres e das suas responsabilidades, que qualquer nação já amadurecida não pode deixar de conhecer e respeitar.

De então para cá temos estado permanentemente empenhados na manutenção da paz nessas parcelas de Portugal, protegendo todos quantos nelas vivem e trabalham honestamente da acção insidiosa do inimigo, subtilmente infiltrado do exterior, após ter sido instruído nas escolas marxistas da especialidade. Esse empenhamento não tem, porém, obstado ao espectacular desenvolvimento realizado em grandes parcelas dessas províncias, nem à promoção social dos seus habitantes, em todos os aspectos que ela envolve. Mas tudo isso, que representa um esforço quase sobre-humano, tem de continuar sem desfalecimentos e, se possível, cada vez mais intensamente. Mas o essencial, repito, não pode deixar de ser, no momento que vivemos, a defesa da integridade do solo pátrio. Nela estamos dolorosamente consumindo, por culpa que não é nossa e há mais de onze anos, vidas e haveres, sem preço, as primeiras, e, em grande parte irrecuperáveis, os segundos. De resto o respeito devido à Constituição, à nossa História quase milenária e aos portugueses que ao longo dos séculos tudo sacrificaram e estão sacrificando em holocausto da Pátria, impõe que se mantenha, sem hesitações e sem tibiezas, a decisão que Salazar consubstanciou nas célebres palavras que proferiu em Abril de 1961. A minha recente reeleição, com o aplauso generalizado da Nação, bem ciente do meu firme pensamento em tão melindrosa matéria, não pode ter significado

diverso. E eu confio no sentido arguto do povo português que, em todos os transe da nossa vida como Nação, soube sempre apontar, com o seu exemplo, os caminhos que deviam ser trilhados pelos seus governantes.

Em nome da Pátria, que represento e consubstancio, é meu dever saudar desta tribuna, com toda a gratidão, os militares de Terra, Mar e Ar que, ao longo de mais duma década, têm sido exemplos sublimes e constantes de coragem, de abnegação e de amor ao seu País, saudação que envolve todos os restantes portugueses, pretos ou brancos, que em Angola, em Moçambique e na Guiné têm auxiliado devotadamente a acção dos militares.

A prioridade que indubitavelmente merece a defesa da nossa integridade territorial, mediante a manutenção da paz em todas as parcelas portuguesas espalhadas pelo Mundo, de modo algum pode ser satisfação bastante para a nossa consciência. Há, para além desse grandioso esforço, que despender outro, também imenso, o de promover o bem geral da Nação, em escala sempre crescente, para assim nos aproximarmos, tanto quanto possível, dos padrões de vida dos países mais desenvolvidos. Seria ingratitude esquecer o muito que se tem feito nestas últimas quatro décadas e o caos em que Portugal se debatia no princípio do século, mormente nos anos vinte. Partidos praticamente do zero

e muito distanciados dos países ricos, não podíamos, evidentemente, vencer o atraso e, conjuntamente, progredir ao ritmo desses países. Através dos Planos de Fomento e por fora deles, realizámos já uma obra de extraordinário valor que o futuro Plano, o IV, certamente irá desenvolver com maior intensidade em todos os sectores da vida nacional, mormente na indústria, na agricultura, nos transportes e comunicações, na energia, na educação, na investigação, na saúde, na habitação e, duma maneira geral, nos serviços da administração pública, obstando a que o mal da emigração prossiga e promovendo, ao contrário, o regresso de muitos portugueses, que passarão a encontrar na sua terra a melhoria de vida que têm buscado em terra alheia, à custa de sacrifícios sem conta.

A obra enorme que nos espera é, como já disse, um verdadeiro desafio à nossa capacidade realizadora, mas não é impossível de levar a bom termo. Para o vencermos há, porém, que trabalhar muito mais e mais acertadamente ainda, que unir produtivamente todos os nossos esforços num sentido mais benéfico para a comunidade portuguesa e evitar dissensões que a experiência nefasta do primeiro quartel deste século, em absoluto, condenou. Evidentemente que se deverão discutir as soluções possíveis, mas sempre libertos de ideias feitas e com espírito compreensivo e construtivo, abdicando de preconceitos, de res-

sentimentos, de melindres e de excessos de amor-próprio, que sendo inconvenientes em qualquer caso, se tornam indesejáveis quando está em causa o bem e o progresso do País. E ao examinarmos, com toda a minúcia e conscienciosamente, as soluções adoptadas nos países mais avançados, para os problemas que temos a resolver, não nos devemos deixar impressionar por ideias utópicas ou de inconveniente aplicação entre nós, só porque estão na moda. Aumentar os nossos conhecimentos, só nos pode trazer vantagens; aperfeiçoar as nossas qualidades e diminuir os nossos defeitos, é da maior utilidade; mas não percamos as nossas especiais características, pois foram elas que asseguraram a nossa vida passada e continuam constituindo seguro penhor do nosso futuro. Em remate acrescentarei, ainda, devermos aplicar a nossa inteligência e a nossa capacidade de realização no sentido de a todos os portugueses poderem ser proporcionadas melhores condições de vida, garantindo-lhes pão suficiente, lar condigno, desenvolvida educação e conveniente defesa da saúde. Além de que, numa sociedade bem constituída, é necessário que as pessoas que a compõem tenham espírito de entreatajuda, para que os beneficiados pela sorte se não esqueçam dos atingidos pela desdita.

Antes de terminar esta mensagem é meu elementar dever agradecer as cativantes palavras do Senhor Deputado que me

saudou em nome dos componentes das duas câmaras reunidas nesta sessão conjunta e dizer-lhe que apreciei muito o seu discurso, escutado com o crescente interesse que as judiciosas considerações feitas me foram provocando.

É igualmente dever meu, que cumpro com o maior aprazimento, saudar com muita simpatia as Nações Amigas, cujos representantes diplomáticos compareceram nesta cerimónia e afirmar que Portugal lhes oferece a mesma leal colaboração de sempre e lhes deseja venturoso porvir. E porque visitei há poucos meses o Brasil, numa missão de grande significado histórico e porque com ele constituímos uma Comunidade verdadeiramente fraterna, exprimo ao seu ilustre representante, numa palavra especial, a profunda estima que sinto pela Nação Irmã.

E, ainda, antes das últimas palavras desta mensagem, não posso deixar de recordar os acontecimentos que mais impressionaram o povo português, nos meus dois anteriores mandatos. No primeiro, o brutal choque pela espoliação dos nossos centenários territórios de Goa, Damão e Diu, em Dezembro de 1961, por um país de formação recente e que se dizia pacifista. Eles continuam ainda e desoladoramente afastados da Mãe-Pátria, mas estão sempre presentes no seu pensamento. No meu segundo mandato, que hoje terminou, a incapacidade inesperada e o consequente afastamento do Doutor Salazar da vida política portu-

guesa, em que providencialmente entrara quarenta anos antes, e a sua substituição pelo Doutor Marcello Caetano, na chefia do Governo. Lembro o primeiro com imensa saudade e profunda gratidão; reitero ao segundo a confiança nele convictamente depositada em 27 de Setembro de 1968.

Vou terminar com um apelo, em que ponho toda a minha fé.

Peço a Deus que conserve em perfeita união todo o povo português. A união multiplica a força e nós carecemos dela, tanto como noutros momentos difíceis da nossa História, para vencer a crise em que nos debatemos. Unidos, conseguiremos defender-nos e progredir e, portanto, vencer e continuar Portugal. Sinto-me com autoridade para fazer este apelo, não apenas e já seria suficiente, pelas funções que continuo exercendo com plena confiança da Nação, como ainda pela circunstância, que só a título excepcional aponto como exemplo entre os muitos que certamente existem, de poder afirmar, apesar de ter nascido na última década do distante século passado, nunca me ter sentido um português inútil, durante toda a minha já longa vida. Se o meu apelo for ouvido, o que espero; se todos nos conservarmos perfeitamente unidos naquilo que fundamentalmente interessa à nossa Terra, como é mister: nunca deixaremos — todos — de nos sentirmos orgulhosamente portugueses, úteis à Pátria em que nascemos e queremos constantemente progressiva e eterna.

NB



EF0000513452

